

Conflitos políticos em Santa Maria através da imprensa republicana (1889/1894)

FABRÍCIO RIGO NICOLOSO*

Este artigo tem por propósito demonstrar, através da análise dos jornais “O Combatente” de Santa Maria e “A Federação” de Porto Alegre, a atuação política de sujeitos pertencentes à elite de Santa Maria, durante os primeiros anos da República no Rio Grande do Sul (1889/1894). O presente tema é parte das pesquisas que venho desenvolvendo desde 2008, constituindo-se num recorte da temática do meu projeto de mestrado, intitulado “As relações de poder estabelecidas entre os imigrantes alemães e as elites políticas de Santa Maria nos primeiros anos da República”. Os dois jornais citados eram órgãos de imprensa republicanos. “A Federação” era o órgão de propaganda política oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sob a chefia direta de Júlio de Castilhos e “O Combatente” aderiu à causa republicana no ano de 1892, quando foi comprado pelo ardoroso republicano de Santa Maria, Adolpho Otto Brinckmann, num episódio que será descrito adiante, seguindo a mesma linha editorial do primeiro. Ambos são de fundamental importância para o estudo, tanto por possibilitar a análise de discurso, quanto para a compreensão dos conflitos políticos que marcaram o período e a identificação dos sujeitos neles envolvidos e de suas atuações ao lado dos castilhistas ou da oposição federalista.

Para o desenvolvimento da ideia a ser aqui trabalhada, será feita primeiramente uma reflexão teórica a respeito do termo “cultura política”, que envolve questões como “imaginário político”, “representações” e “simbologias”, que são essenciais para o entendimento de como se deu a construção do imaginário republicano no Rio Grande do Sul e dos embates e disputas político-partidárias travadas através da imprensa entre aqueles que defendiam a República nos moldes positivistas, liderados por Júlio de Castilhos e os sujeitos que se identificavam com a ideia do parlamentarismo, tendo à frente o liberal Gaspar Silveira Martins.

A Nova História Política ultrapassou a concepção tradicional de história predominante da segunda metade do século XIX até aproximadamente a década de 70 do século XX, que só valorizava os fatos políticos, dotando a historiografia com um caráter metódico e linear. A mudança na forma de conceber a história começou a

acontecer na época da primeira geração dos Annales (a partir da década de 20 do século XX), na França, que passou a contestar os postulados das gerações anteriores, valorizando os aspectos econômicos e sociais, em detrimento do político. Segundo René Rémond (1994, p.13) “[...] houve uma reação natural da nova geração que surgia em fazer oposição à geração anterior”. As questões referentes ao político ficaram relegadas a um plano secundário até o período compreendido entre 1969-70, quando a terceira geração dos Annales, representada por pensadores como Tocqueville, Arendt, Weber, Revel, entre outros, “[...] foi buscar fora da historiografia os modelos de sustentação teórica para o repensar das relações Estado-sociedade imposto pelo seu interesse em renovar os estudo do político [...]” (FALCON, 1997, p. 75). Neste esforço em renovar a História Política, houve uma aproximação com outras áreas do conhecimento, como a sociologia e a antropologia, compreendendo conceitos como “cultura política”, “representação” e “imaginário político”, “micro-poder”, política e sociabilidades, etc.

O conceito de “cultura política” tornou possível o entendimento de que a atuação do poder não se restringe à política oficial do Estado, mas que está presente em todas as ações do cotidiano. Através de simbologias e representações moldam-se idéias, criam-se mitos que circulam no pensamento coletivo.

Sobre as simbologias e representações com que os republicanos tentaram construir o imaginário do novo regime, é importante ter em mente que as ideias não se sustentam por si mesmas, pois estão sempre ligadas à realidade e que no caso rio-grandense o positivismo foi adaptado à realidade do estado. Concordando com Ângela Alonso (2009, p. 87-8) “[...] o relevante são as estratégias de ação dos agentes, o uso que fazem dos elementos do repertório [...] Esta pista encaminha a troca do problema da imitação para o da apropriação de ideias estrangeiras [...]”. Outro ponto interessante segundo a autora, que interessa a este texto é que “para conectar a estrutura de oportunidades políticas à incorporação de ideias, é necessário reconstruir a experiência vivenciada pelos agentes” (ALONSO, 2009, p. 88).

As ideias que constituem o imaginário político e sua representação estão de alguma forma, sempre conectadas à realidade. Sandra Pesavento, parafraseando Roger Chartier (PESAVENTO, apud CHARTIER, 1995, p. 18), diz que:

[...] não há real oposição entre mundo real e mundo imaginário. O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem

vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. [...] a representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.

Seguindo um movimento que estava ocorrendo em âmbito nacional após a Proclamação da República, os republicanos gaúchos se empenham na construção do “mito de origem” (CARVALHO, 1990, p. 52), projeto que, segundo José Murilo de Carvalho (1990), constituiu-se numa tarefa extremamente árdua e impraticável a nível federal, pois “[...] sem raiz na vivência coletiva a simbologia republicana caiu no vazio [...]” (1990, p. 141), fato que se deveu à falta de representação popular do movimento em nível nacional.

A construção do mito do “líder carismático” em torno da figura de Júlio de Castilhos foi de fundamental importância para a implantação da República no Rio Grande do Sul (FÉLIX, 1998, p.141). A constituição deste mito-herói era necessária para a hegemonia dos republicanos no estado, pois com um fundo profundamente positivista, quando de sua morte, Castilhos foi transformado quase que num santo, num apóstolo republicano, sendo tratado pelos seus seguidores pelo pronome “Ele”. Sobre esta sacralização do líder republicano Loiva Otero (1998, p. 150) diz que:

[...] o uso constante do pronome Ele, grifado em maiúscula, substituindo o nome próprio de Júlio de Castilhos, aumenta a percepção de um ser distante, um longe/perto, presença que se manifesta mesmo sem ser vista. Cria um clima de misticismo e religiosidade, uma aura de sacralidade como fundante para o político.

Este processo de construção do mito traz consigo as ideias de identidade, que demarca fronteiras, fazendo com que se identifiquem aqueles que pertencem ao grupo, os iguais e os opositores, aqueles que não fazem parte do mesmo, e de resgate do passado pelo presente, pois o “[...] passado vem em socorro do presente para justificá-lo, legitimá-lo e também para projetar o futuro [...]” (FÉLIX, 1998, p. 144).

O jornal era um espaço para a construção do ideário do PRR, que fazia do discurso ideológico uma estratégia de convencimento, que glorificava a causa política e as lutas do PRR e tentava colocar a opinião pública contra os adversários. Concordando com Baczo (1985, p 298), nos conflitos políticos “como é que se podem separar, [...], os agentes e seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos

inimigos [...]? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações, [...], não legitimam elas as violências?”

No intuito justamente de comprovar que as ações dos sujeitos envolvidos nos conflitos políticos em Santa Maria, durante o período de consolidação da República no Rio Grande do Sul, estavam intimamente relacionadas com a imagem e a representação que davam o suporte ideológico para que se construísse o discurso da pureza de princípios que justificava as ações dos membros de certa facção política contra seus “inimigos”, é que será feita, num segundo momento, uma reflexão em cima de algumas matérias publicadas nos órgãos republicanos pesquisados, que permitem a reconstrução das disputas político-partidárias que marcaram o município, bem como a identificação dos personagens envolvidos.

Para isso é necessário que se faça inicialmente uma descrição a respeito de como surgiram os dois órgãos de imprensa estudados e da função por eles desempenhada.

No ano de 1882 foi fundado o jornal “A Federação”, primeiro órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Rio-grandense, que surgiu para convencer a opinião pública de que a República era algo necessário e que as instituições monárquicas caducavam. O jornal teve na figura de Júlio de Castilhos um precursor, que nos anos de propaganda acirrada publicava matérias agressivas contra o Império, que falavam da necessidade da mudança de regime, mas sempre frisando a conservação da ordem, numa adaptação do ideário positivista ao estado, o que segundo Margaret Bakos (2006, p. 15), “[...] significava a adoção e a circulação diária de termos e do pensamento de Augusto Comte na sociedade gaúcha”.

O jornal “O Combatente”, por sua vez, foi fundado no ano de 1886 como órgão de imprensa do Clube Caixeiral Santamariense, no intuito de divulgar as atividades promovidas por este clube. Nos seus anos iniciais, o jornal possuía um teor meramente informativo, divulgando eventos e sociabilidades que eram promovidos pelos jovens membros da “mocidade caixeiral”, como bailes literários, onde se reuniam personagens da alta sociedade, em jantares e solenidades onde eram declamados poemas e lançadas obras de literatura, de ciências, artes, etc. Certamente pode-se imaginar que nestas reuniões no clube, em que se reuniam personalidades atuantes na política e na sociedade do município, eram travados intensos debates sobre questões como a abolição, a forma de governo mais adequada, se a monarquia ou a república e muitos outros assuntos

envolvendo um contexto de intensa propaganda republicana e disputas entre os que queriam a mudança e os que defendiam a conservação do Império.

Entre os sócios do Caixeiral estavam personalidades como João Daudt Filho, Francisco de Abreu Valle Machado, Herculano dos Santos, Octaviano de Oliveira, Ramiro de Oliveria, Cândido Brinckmann e seu irmão Otto Brinckmann, entre outros. Este último era um republicano combativo e militante que após o advento da República, comprou os direitos sobre o jornal, fazendo deste um órgão de imprensa de intensa propaganda castilhista, seguindo a mesma linha de edição da “Federação”, mas não o desligando dos antigos vínculos que mantinha com o clube que o deu origem e seus eventos sociais.

A edição do “Combatente” de primeiro de janeiro de 1892 deixa claro o posicionamento assumido pelo jornal, nas palavras de seu então editor, Cândido Brinckmann (O Combatente, 1892, p. 01):

Órgão fundado para advogar os interesses de uma corporação, ele muito fez, muito contribuiu para o engrandecimento moral e intelectual da sociedade de onde esperançoso e cheio de vida surgiu. Mais tarde, não trucidando as idéias que acompanhava intimamente àquela pleide de moços que estavam à sua frente, este periódico por incidência de mínima importância, abertamente alistou-se na vanguarda daqueles que lutavam pela causa da liberdade, a República. [...] Filiado espontaneamente a uma facção política, impossível seria agradar a todos, razão porque não atingiu a sua tiragem ao grão com que pudesse elevar-se a um melhoramento geral palpitante [...] A nossa mentalidade está no entanto abalada, quanto à política local, somos francos.

O final da reportagem faz referência ao contexto político pelo qual o Rio Grande estava passando, em que a facção dos republicanos dissidentes liderada por Barros Cassal, Demétrio de Oliveira e Barreto Leite estava no comando do poder do estado. A compreensão dos conflitos políticos que se deram no ano de 1892 é essencial, pois permite perceber as formas pelas quais os castilhistas se articularam para a retomada do poder no mês de junho do mesmo ano. O enfoque nos embates ocorridos em Santa Maria será dado através da análise de reportagens publicadas pelo jornal local e o de Porto Alegre.

Ainda no dia primeiro de janeiro, era publicada uma matéria intitulada “Renúncia”, cujo conteúdo bem refletia o clima de tensão em que estava vivendo o estado, de instabilidade política e administrativa: “[...] A maioria dos membros do

Conselho Municipal renunciou ao mandato que lhe fora confiado pelo Partido Republicano. [...] Obedecendo a um sentimento de honra os distintos cidadãos patentearam, além de tudo, a sua pureza de princípios [...]” (RENÚNCIA, O Combatente, 1892, p.2).

Sem dúvida os cidadãos acima citados não apenas saíram de cena por livre e espontânea vontade como seriam exonerados de qualquer forma, pois haviam sido eleitos por Júlio de Castilhos.

Nos meses de fevereiro e março seguiram as demissões de castilhistas dos cargos públicos. Em 07 de fevereiro, “O Combatente” noticiou a dispensa de seu correligionário, Carlos Haag do cargo de Agente do correio, sendo nomeado para substituí-lo o opositor Alfredo de Calasans. “Estamos autorizados a declarar que se considera demitido o adjunto, nosso companheiro, Cândido Brinckmann, desde que tome conta do correio o Sr. Calasans”. (DEMISSÃO, O Combatente, 1892, p. 02). Duas reportagens merecem destaque nesse dia. A primeira refere-se ao fato de Júlio de Castilhos ter passado por Santa Maria, ficando hospedado na residência de Ernesto Beck. A segunda refere-se à demissões em cargos da delegacia de polícia, sendo dispensados os castilhistas José de Sousa Vinhas, Henrique Druck, João Guilherme Weimann e Theodoro Ehlers, sendo nomeados pelo governo para substituí-los, entre outros, Jacob Luiz Laydner, Alfredo de Calasans, Eugênio Beck e Frederico Krebs.

A demissão de Cândido Brinckmann da direção do jornal, citada acima, se deu uma semana depois. No dia 14 de fevereiro, era publicada uma matéria reclamando liberdade de imprensa, pois a redação do “Combatente” havia sido chamada à polícia, sob ordem do então delegado Fructuoso Borges da Fontoura, alegando que o teor das reportagens estava sendo muito agressivo contra o governo. No mesmo dia Cândido declarou seu afastamento da direção do semanal. Na edição do dia 21 foi noticiado que por ordem do delegado Fructuoso Borges, por intermédio da palavra de Francisco de Abreu Valle Machado, haviam sido presos João Monteiro do Valle Machado e Carlos Beck.

Devido as dificuldades pelas quais os republicanos castilhistas estavam passando, os correligionários em Santa Maria resolveram se organizar. No dia 03 de abril de 1892, era publicada a matéria “Club Republicano”, que dizia que no dia 30 de março, a convite de Valle Machado, havia se reunido num dos salões do Hotel León o

Partido Republicano da cidade, para tratar da fundação de um clube republicano e de um jornal para o partido. Para isso foi nomeada uma comissão composta por Valle Machado, Henrique Scherer e Ramiro de Oliveira para tratar da fundação do clube e outra composta por Valle Machado, Herculano dos Santos e João Albernaz para a criação do jornal. (CLUB REPUBLICANO, O Combatente, 1892, p 01). Na mesma ocasião foi transmitido o seguinte recado telegráfico (CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA, 30 mar. 1892, AHSM):

Dr. Júlio de Castilhos – O Partido reunião hontem para fundação de um centro republicano dirige um voto de louvor à atitude assumida pela Federação como órgão legítimo do Partido Republicano, e saúda na vossa pessoa o intemerato redator e batalhador emérito em prol dos princípios republicanos, viva à República.

O período conhecido como “governicho”, nome pejorativo dado ao governo provisório pelos próprios republicanos, perdurou até o mês de junho de 1892, quando Júlio de Castilhos à frente do PRR retoma o poder do Estado. Com o PRR de volta ao governo, a situação governamental instalada em Santa Maria pelo governo anterior cai por terra e, com isso, os castilhistas, que haviam sido exonerados dos cargos que ocupavam retornaram ao governo municipal e logicamente passaram a perseguir os adversários da situação decaída, através de demissões e prisões.

O jornal “A Federação”, de 30 de junho de 1892, traz as notícias sobre os reflexos da nova situação política do estado no município de Santa Maria (EM SANTA MARIA, A Federação, 1892, p. 01):

Em Santa Maria: Nessa cidade, recebidas as primeiras notícias dos sucessos políticos, às nove horas mais ou menos da noite, os nossos esforçados companheiros puseram-se logo em franca atividade, sendo imediatamente tomados o Quartel da Guarda Cívica e o telégrafo, que se achava guardado por um contingente de 20 pessoas, ali colocadas pelas autoridades da situação decaída. A tomada do Quartel e da Repartição Telegráfica foi dirigida pelos nossos co-religionários Valle Machado, Fidêncio de Oliveira e muitos outros denodados companheiros. Foram incontinentemente expedidos telegramas para os diversos distritos próximos comunicando a faustíssima nova e, em consequência disso, na manhã do dia 18, começaram a afluir de diversos pontos do município forças republicanas dirigidas por abnegados co-religionários. [...] No dia 18 foram recolhidos à Casa da Intendência Municipal os cidadãos Fructuoso Borges da Fontoura, João Gayer, [...] e Frederico Krebs, contra os quais corriam insistentes boatos de pretenderem perturbar a ordem pública, sendo os mesmos cidadãos postos em liberdade logo que tais boatos se dissiparam.

Os cidadãos referidos no final da matéria, Fructuoso Fontoura (delegado nomeado pelo governo anterior), João Gayer e Frederico Krebs, haviam praticado perseguições políticas a muitos sujeitos que subiram ao poder com a volta de Castilhos, por isso estiveram entre as primeiras vítimas do novo governo. O que a matéria oculta, por certo intencionalmente, é que muitos indivíduos da oposição foram postos na cadeia por motivos políticos, sofrendo diferentes tipos de perseguição, desde a cassação dos direitos políticos, exonerações de cargos públicos, censura na imprensa, até atentados contra a vida, fato comprovado pela vasta bibliografia sobre o período.

Com a volta de Castilhos ao poder foram as oposições que passaram a sofrer com perseguições na imprensa e na sociedade, sendo submetidos até mesmo à prisão. Desta forma, a estratégia adotada pelos federalistas foi a retirada estratégica para o Uruguai, pois como estancieiros possuíam terras no país vizinho e alguns tinham a dupla cidadania. Em 1893 as forças federalistas, lideradas dos Silveira Martins, Joca Tavares, Gumercindo Saraiva, entre outros maragatos começaram a planejar a retomada do poder no Rio Grande do Sul e a consequente derrubada de Castilhos e do PRR, do outro lado da fronteira. Tanto os federalistas, quanto os governistas republicanos mantiveram contato com os partidos políticos desses países, principalmente no Uruguai, com Blancos e Colorados, pois a revolução federalista, de certa forma, ultrapassou as fronteiras do estado.

Em Santa Maria, a guerra começou no início do ano de 1894, quando foi tomada pelas forças rebeldes no dia 08 de março. João Belém utiliza um fragmento retirado de “O Combatente” do dia 11 de março de 1894 que, devida à parcialidade do jornal, permite identificar alguns fatos importantes para a compreensão do conflito local e alguns dos personagens envolvidos (BELÉM, 2000, p. 279):

Entrou nessa cidade a força revolucionária, sob comando do chefe Marcelino Pina de Albuquerque. Ao entrar na cidade houve pela manhã um ligeiro tiroteio entre a referida força calculada em mil homens e as forças do governo, resultando na morte de um filhinho do Sr. Sebastião Schleiniger, de um soldado dos rebeldes, ferido um capitão dos mesmos e mais dois soldados. As forças do governo, depois de sustentarem um dia e uma noite de tiroteio do sobrado do hotel Ramos, abandonaram a posição e tomaram a serra. Os rebeldes tomaram logo conta da cidade e instalaram sua ambulância na farmácia do Sr. Ramão Rosa, inutilizaram grande extensão do fio telegráfico, passaram vistoria na cadeia e na Intendência Municipal e empastelaram o Jornal 14 de Julho. Hontem pela madrugada, levantou

acampamento do passo da areia e tomou a direção do Arenal, havendo por esta ocasião o mais desenfreado saque na estação da estrada de ferro que haviam ocupado, e em algumas casas particulares como nas do Coronel Ernesto Beck, Henrique Scherer [...].

A respeito das consequências da Federalista em Santa Maria, ainda estão por serem feitas pesquisas que permitam uma maior quantidade de detalhes, principalmente no que toca à participação dos republicanos e federalistas do município envolvidos no conflito, de suas estratégias de alianças e conchavos e do papel desempenhado pela imprensa local.

O desenvolvimento desta proposta temática foi possível graças à revisão bibliográfica realizada sobre os textos consultados e à análise qualitativa dos dois jornais republicanos citados, encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria nos anos de 2008 e 2009.

A pesquisa feita para a análise da referida documentação segue uma cronologia que passa pelo tempo da curta duração (dos fatos) e da média duração (das conjunturas), permitindo que os fatos estudados na temática aqui proposta, envolvendo relações de poder e acordos político-partidários em Santa Maria, possam ser inseridos num contexto mais amplo das relações de poder a nível estadual e nacional, num período histórico que envolve a transição do Regime Político Monárquico para o Republicano. Os jornais são uma importante fonte de pesquisa, pois permitem a identificação de uma riqueza muito grande de detalhes e a análise dos discursos que eram produzidos para o convencimento da opinião pública, das representações e simbologias que eram utilizados por meio destes.

Como este estudo compreende a atuação de sujeitos da elite santa-mariense, é necessário que se faça uma breve conceituação sobre qual a noção de elite aqui utilizada, já que o termo não possui um sentido único, e sobre o método mais adequado para sua análise, a prosopografia.

Fazendo uso das palavras de Flávio M. Heinz (2006, p. 07), sobre o termo “elite”, “entende-se por esta palavra, segundo o caso, os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados”, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (HEINZ, 2006, p. 08). Será utilizado o conceito de elites públicas, “mais suscetíveis a revelar, em sua evolução

social, os efeitos das mudanças políticas sobre seu recrutamento” (HEINZ, 2006, p. 08). A respeito da prosopografia, ou método das biografias coletivas, trata-se de uma metodologia que busca revelar “[...] as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico”, consistindo em “[...] definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas” (HEINZ, 2006, p. 09). Segundo HEINZ (2006, p. 09):

O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior.

A análise das biografias coletivas nesta pesquisa permite que sejam identificados os sujeitos que atuaram na política santa-mariense ao lado dos republicanos castilhistas e os que estiveram com os federalistas ou republicanos dissidentes, possibilitando uma percepção do conjunto, como de trajetórias individuais de indivíduos públicos, tanto na política institucional, quanto na sociedade, em suas profissões, sociabilidades em clubes, etc.

Para concluir, a mudança na forma de conceber a história política, ocorrida a partir de estudos de historiadores da terceira geração dos Annales, permitiu a aproximação com outras áreas do conhecimento humano, ampliando o conceito de fontes documentais e diversificando os objetos de estudo do historiador. Através desse avanço o termo cultura política passou a ser explorado, abrangendo estudos sobre simbologias e representações que geraram o entendimento de que a ação política não se restringe à política institucional e partidárias, mas que está presente em todas as ações do cotidiano. Neste sentido, concebe-se que as fontes documentais provenientes da imprensa, através dos jornais republicanos consultados, permitem a reconstrução de conflitos que nunca ganharam destaque na historiografia sobre Santa Maria, dando vida e ação política a personagens da elite local que desempenharam papéis de destaque nas lutas pela afirmação de seus interesses e ideais nos anos iniciais da República.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. Apropriação das ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial: 1870–1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3.

BACZKO, Branislaw. Imaginação social. In: RUGGIERO, Romano (Org.) **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

BAKOS, Margaret. **Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república**. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006, p. 13-15.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria: 1797–1933**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

CARVALHO, José Murilo De. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDODO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginado**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 15, nº 29, pp. 9-27, 1995.

RÉMOND, René. **Porque a história política**. Revista Estudos Históricos, RJ, vol. 7, nº 13, 1994.